

O pensamento da *différance* e a democracia por vir – a partir de Jacques Derrida

Pedro SEPÚLVEDA*
Universidade Nova de Lisboa

RESUMO: Contrariamente à ideia de que se assistiria a uma viragem ético-política no pensamento de Derrida, com a publicação, a partir dos anos noventa, de múltiplas obras dedicadas aos temas da amizade, da justiça ou da democracia, é importante realçar que a desconstrução derridiana se apresenta, desde os seus primeiros textos, como indissociável de um contexto ético e político.

Neste âmbito, procurar-se-á mostrar, em particular, o modo como o motivo da *différance*, marca decisiva dos primeiros textos de Derrida, se articula com a questão, desenvolvida posteriormente, da *democracia por vir*. Será dada especial atenção ao problema do carácter tanto irrealizável quanto incondicional da ideia de democracia, como necessariamente decorrente da sua própria estrutura e apelando a um alerta constante perante a actividade democrática e o processo do seu desenvolvimento.

Apresenta-se como decisivo entender a democracia não como ideia acabada ou sistema ideológico fechado em si mesmo, mas enquanto processo que implica uma constante reinvenção e redefinição dos seus próprios propósitos. Processo este que deverá tomar em consideração a marca da herança histórica que o acompanha e o define, procurando, simultaneamente, responder ao apelo singular do nosso tempo.

PALAVRAS-CHAVE: Derrida, Democracia, Política, Ética, Desconstrução.

ABSTRACT: Against the idea that one would assist to an ethical-political turn in Derridas thought, with the publishing, after 1990, of various works dedicated to the questions of friendship, justice or democracy, it's decisive to point out that deconstruction has always been, since its first texts, linked to ethics and politics.

In this context, the purpose of the present paper is to show how the motive of the *différance*, of great importance in Derridas first texts, should be articulated with the later developed question of the *democracy to come*. It will, particularly, focus the problem of the simultaneous unconditionality and impossibility of fulfillment of the democratic ideal, as following necessarily from its own structure and appealing to a constant alert towards democratic activity and the process of its development.

* Membro do Laboratório de Estudos Literários Avançados e do Instituto de Estudos sobre o Modernismo da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. E-mail: Pedro.Sepulveda@gmx.de

It is decisive to understand democracy not as a finished idea or a closed ideological system, but as a process that implies a constant reinvention and redefinition of its own purposes. A process, which should take in consideration the mark of historical heritage that defines it, seeking, simultaneously, to respond to the singular appeal of our time.

KEYWORDS: Derrida, Democracy, Politics, Ethics, Deconstruction.

Reflectindo sobre diversas concepções de democracia ao longo da história do pensamento ocidental, de Platão e Aristóteles a Tocqueville, Derrida conclui que o conceito de democracia se caracteriza, por um lado, por uma indeterminação semântica, por outro, por uma intrínseca historicidade. Esta indeterminação semântica serve de base a uma pluralidade de sentidos históricos da democracia, que, segundo Derrida, surgem constantemente associados ao conceito de liberdade. Referência constante de concepções distintas, a democracia não deverá ser entendida como uma forma constitucional entre outras, mas enquanto ideal de referência de diversos sistemas políticos, que partilham, por um lado, uma determinada herança histórica greco-romana, por outro, uma referência à liberdade do cidadão como ponto de partida da actividade política (cf. “La raison du plus fort”. In DERRIDA; 2003: 17-161).

Tomando como referência o processo eleitoral na Argélia pós-colonial, em 1992, Derrida analisa algumas das estruturas fundamentais da actividade democrática. Nestas mesmas eleições, na Argélia, o partido da maioria tomou a decisão de suspender o processo democrático, como forma de evitar a tomada de poder do partido conservador islâmico, cujos ideais colidiam com a própria democracia e ameaçavam os seus princípios laicos. Assim como noutros casos, como, por exemplo, a tomada de poder dos regimes fascistas na Europa, recorreu-se a um processo democrático com o propósito de suspender o normal desenrolar da democracia. Esta suspensão foi, neste caso, o modo encontrado de protecção do sistema contra uma ameaça que se tinha gerado no seu próprio seio.

É notório aqui o modo como a democracia se imuniza contra agentes agressores, cometendo contra si mesmo um acto que poderíamos chamar de suicidário. Segundo Derrida, trata-se, neste caso, de um ‘suicídio auto-imunitário’, necessário à preservação da própria democracia. O mesmo problema coloca-se a respeito de qualquer representação democrática de partidos que, segundo a sua própria ideologia, defendem uma posição antidemocrática, representação esta que não pode, em princípio, ser negada, já que na base da democracia está a liberdade de expressão e representação política. É como se a democracia tivesse de, paradoxalmente, acolher o seu inimigo no seio do seu próprio sistema, como forma a prevalecer e a afirmar-se a si mesma. Tendo a sua base na liberdade do indivíduo, que se manifesta como liberdade política, a democracia vê-se, assim, obrigada a aceitar no seu sistema defensores de ideias adversas à própria democracia, sob pena de trair os seus ideais.

Outro exemplo a que Derrida dá particular atenção é o do evento do 11 de Setembro nos Estados Unidos. Particularmente significativa é a restrição, nos Estados Unidos, de liberdades democráticas, com vista a combater o inimigo da democracia, identificado como o terrorismo internacional. Estas restrições da liberdade democrática têm principalmente que ver com o uso abusivo da força policial e fortes restrições na movimentação de pessoas e mercadorias. É notório também neste caso como, mais uma vez, o recurso a medidas antidemocráticas permite à democracia defender-se a si mesma, dos seus inimigos, que não se encontram fora mas dentro do próprio sistema democrático. É ainda do conhecimento público como entre os responsáveis pelos ataques às torres gémeas se encontravam imigrantes acolhidos pelos próprios Estados Unidos, que, tendo recebido treino militar em território americano, terão sido provavelmente ainda ajudados por cidadãos americanos, que actuaram contra o seu próprio estado.

Estes dois exemplos demonstram o modo como a democracia se vê obrigada a preservar a sua própria identidade através do que Derrida denomina como processo autoimunitário. Este conceito, retirado da Biologia, aponta para uma defesa do organismo que assenta paradoxalmente num ataque contra si mesmo. É ainda em “Foi et savoir” que Derrida desenvolve o conceito de auto-imunidade, relacionando-o com a ideia de comunidade. Neste texto, Derrida propõe a analogia entre a pulsão da morte que afecta a vida do ser humano e a questão da auto-imunidade de uma determinada comunidade. Segundo o mesmo, toda a comunidade alimenta a sua própria auto-imunidade, enquanto princípio de ‘auto-destruição sacrificial’, que se mostra indissociável do princípio de protecção de si próprio. É esta auto-imunidade que possibilita à comunidade constituir-se, mantendo uma abertura ao outro, isto é, a algo que, manifestando-se no seio da mesma, transcende, por outro lado, os seus próprios princípios (cf. DERRIDA; 2001: 79).

Derrida descreve o modo como a democracia se desenvolve e consolida relacionando-se de forma espacio-temporal com o seu outro, num processo que o mesmo denomina como ‘renvoi’ (‘reenvio’) (cf. Derrida; 2003: 60-65). De um ponto de vista espacial, vemos, por exemplo, o modo como a democracia expulsa do seu espaço os seus inimigos, privando-os do direito ao voto, da liberdade de movimentos ou da permanência no território de um determinado estado. Por outro lado, a mesma democracia está também, por vezes, pronta a *acolher* o outro no seu espaço, salvaguardando o seu direito à diferença, como é também o caso no acolhimento de imigrantes. Trata-se assim de um tipo de movimento que pode ser observado de forma concreta na questão da imigração, perante a qual a democracia desenvolve estes dois movimentos contraditórios, de exclusão e de integração do outro. Este ‘reenvio’ da democracia ao seu outro opera-se também, assim Derrida, numa dimensão temporal. De acordo com a

lógica autoimunitária, a democracia vê-se por vezes obrigada a adiar o seu próprio processo, como no caso do adiamento de um processo eleitoral ou de decisões a serem tomadas no seu seio.

É no contexto da indeterminação do conceito de democracia de que falávamos de início que Derrida se refere a uma democracia desprovida de identidade consigo mesma, em permanente relação com algo que a está para além de si própria, no sentido do não-democrático. Como forma a manter aquilo que a constitui, a democracia vê-se obrigada a um movimento contraditório de afirmação e desafio dos seus próprios princípios. Deste movimento decorre a ausência de um ideal democrático estável em si mesmo e o carácter de adiamento a este ligado. Como defende Derrida, “il n’y a pas non plus, en dernière analyse, d’idéal démocratique” (idem: 62). Interessante no pensamento derridiano é a subtilidade com que este pensa o ideal democrático como permanentemente adiado, nunca se apresentando como tal e constantemente associado a uma lógica aporética ou, como referi, autoimunitária. O que, por outro lado, não resulta numa simples ausência de ideal. É neste sentido que Derrida fala de uma democracia permanentemente adiada, por nunca se apresentar como ideia acabada ou sistema fechado em si mesmo, permanecendo assim uma *democracia por vir*.

Este modo de entender a lógica estrutural da democracia está intrinsecamente ligado ao motivo da *différance*, que Derrida desenvolve nos seus primeiros trabalhos. O próprio Derrida aponta para o carácter indissociável da empreendida crítica à metafísica ocidental e ao logocentrismo, desenvolvida de forma particular a partir do motivo da *différance*, e a dimensão ético-política da mesma:

(...) il n’y a jamais eu, dans les années 1980 ou 1990, comme on le prétend parfois, de *political turn* ou de *ethical turn* de la « déconstruction » telle, du moins, que j’en fais l’expérience. La pensée du politique a toujours été une pensée de la *différance* et la pensée de la *différance* toujours aussi une pensée *du* politique, du contour et des limites du politique, singulièrement autour de l’énigme ou du *double bind* auto-immunitaire du démocratique. (idem: 64)

Desenvolvido nos seus primeiros trabalhos e especialmente aprofundado no texto de cunho programático “La *différance*” (DERRIDA, 1972: 1-29), o motivo da *différance* apresenta-se como ponto de partida decisivo para a crítica da metafísica da presença e do logocentrismo. Não podendo entrar aqui em detalhe na complexidade deste motivo, é importante focar a dimensão semântica da *différance*, por forma a compreender o modo como esta se manifesta no que toca à questão da democracia. A introdução do *a* na palavra francesa ‘différence’ associa ao significado habitual de diferença como ‘não-identidade, alteridade’ o significado temporal do *differre* latino, ainda presente no português ‘diferir’, no sentido de ‘remeter para mais tarde, adiar’.

A *différance* envolve ainda o sentido de diferença radical como ‘alergia’ ou ‘polémica’, assim como a dimensão espacial do intervalo. Trata-se de um motivo que se assume para Derrida não como conceito, mas como condição de possibilidade da constituição de conceitos, assim como de qualquer entidade, possuindo esta uma identidade apenas na medida em que pressupõe uma relação permanente com o outro e a dimensão espaço-temporal desta mesma relação.

Segundo estes dois sentidos, espacial e temporal, da *différance*, a democracia é, assim Derrida, ‘diferencial’:

La démocratie n’est ce qu’elle est que dans la *différance* par laquelle elle se diffère et diffère d’elle même. Elle n’est ce qu’elle est qu’en s’espaçant au-delà de l’être et même de la différence ontologique ; elle est (sans être) égale et propre à elle-même seulement en tant qu’inadéquade et impropre, à la fois en retard et en avance sur elle-même (DERRIDA; 2003: 63)

A verdadeira democracia nunca existirá, permanecendo permanentemente adiada e inalcançável. Não possui forma própria, no sentido metafísico de *eidōs*, não tem uma essência ou um sentido próprio e unívoco. Mas esta falta de definição é, enquanto falha ou fraqueza, simultaneamente aquilo que constitui a sua força. A constituição do sistema democrático depende deste desejo que sabe não poder alcançar a perfeição, preferindo a indeterminação de uma liberdade e os riscos da mesma a qualquer tipo de servidão. A expressão *democracia por vir* implica assim a ideia do impossível, que nem sequer poderá ser pensado como o utópico, mas de acordo com a sua própria estrutura como inalcançável. Esta impossibilidade constitui um apelo à responsabilidade dos actores políticos perante cada situação e a singularidade da mesma, dada a ausência de princípio regulador que transcenda a própria actividade.

É importante entender, no âmbito do pensamento da desconstrução, a importância deste carácter impossível de ideais como a justiça, que Derrida distingue da dimensão prática do direito, ou a democracia, distinta da prática política. Derrida aponta para o carácter análogo desta concepção do impossível com a questão da ideia reguladora na ética kantiana, sendo que esta analogia lhe serve também para marcar a diferença entre os dois pensamentos. Esta diferença reside principalmente no carácter não teleológico do pensamento de Derrida, que rejeita a ordem do possível entendida como ordem do poder de um sujeito livre e soberano. O carácter incondicional do impossível em Derrida é entendido como estando fora do alcance do sujeito, aberto ao porvir do outro como evento imprevisível, que transcende todo e qualquer horizonte de expectativa. Este impossível não é por isso sequer uma ideia ou um ideal regulador, porque escapa a qualquer tentativa de idealização.

Enquanto impossibilidade, a *democracia por vir* constitui-se como apelo à responsabilidade ética do sujeito democrático, que se coloca face a duas esferas,

perante as quais deve responder: (1) a esfera das normas sociais e políticas, (2) a esfera da indeterminação de uma responsabilidade que transcende essas mesmas normas e é chamada a uma reinvenção constante das mesmas e dos seus propósitos. No âmbito da actividade democrática, a compatibilização destas duas exigências constitui o difícil mas necessário apelo ético-político do pensamento da desconstrução, que rejeita a possibilidade de seguir um dado número de regras pré-estabelecidas, apelando à reflexão e à recriação constantes. Recriação esta que não se apresenta como arbitrária, mas deve responder também ela à marca da tradição democrática e ao legado da mesma, assim como à singularidade do momento presente.

Concluindo, poderíamos dizer que a *democracia por vir* apela a uma interminável crítica política militante, que se estende a todas as esferas da vida pública e protesta contra todo o tipo de imprudência, dogmatismo ou abuso de retórica. Esta fórmula é um apelo à constante autocrítica e à perfectibilidade do político, que se apoia num pensamento da diferença e da necessidade de preservação dessa mesma diferença na era da globalização. Concluo com a afirmação de Derrida de que a democracia é o único sistema que implica em si mesmo esta autocrítica e a constante redefinição dos seus propósitos, o que talvez constitua afinal a sua única definição possível:

La démocratie est le seul système, le seule paradigme constitutionnel dans lequel, en principe, on a ou on prend le droit de tout critiquer publiquement, y compris l'idée de la démocratie, son concept, son histoire et son nom. (*idem*: 127)

BIBLIOGRAFIA:

- DERRIDA, Jacques. *Marges: De la Philosophie*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1972.
- _____ *L'autre cap*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1991.
- _____ *Force de Loi*. Paris: Galilée, 1994.
- _____ *Politiques de l'amitié*. Paris: Galilée, 1994.
- _____ *Foi et Savoir*. Paris: Éditions du Seuil, 2001.
- _____ *Voyous*. Paris: Galilée, 2003.
- DERRIDA, Jacques; HABERMAS, Jürgen. *Le «concept» du 11 septembre. Dialogues à New York* (octobre-décembre 2001) avec Giovanna Borradori. Paris: Galilée, 2004.
- CRITCHLEY, Simon. *The Ethics of Deconstruction*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999.
- VÁRIOS AUTORES. *Derrida Politique. La déconstruction de la souveraineté*. Revue Cités. N° 30. Paris: Presses Universitaires de France, 2007.